

REFORMA AGRÁRIA: a realidade de um assentamento rural

REFORMA AGRARIA: la realidad de un sitio rural

Simone Pereira de Carvalho

Mestre em Agronegócio
Universidade Federal de Goiás
siimoni@gmail.com

Gislene Auxiliadora Ferreira

Profª. Dra. da Universidade Estadual de Goiás
gislene.ferreira@yahoo.com.br

Joel Orlando Bevilaqua Marin

Prof. Dr. do Programa de Pós Graduação em Agronegócio
Universidade Federal de Goiás
bevilaquamarin@gmail.com

Fabiano Vargas

Engenheiro Agrônomo
fab.vargas@hotmail.com

Afonso Félix C. Ferreira Belo

Graduando em Agronomia
Universidade Federal de Goiás
lass.ufg@gmail.com

Daniel de Castro Mendonça

Graduando em Agronomia
Universidade Federal de Goiás
lass.ufg@gmail.com

Resumo

A reforma agrária reassumiu uma posição de destaque na política nacional sendo apresentada como um vetor de promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural. No entanto, lançam-se os desafios de como mensurar os índices de sustentabilidade alcançados pelos assentamentos rurais criados no âmbito da atual política de reforma agrária. O estudo de caso do Assentamento Vale do Araguaia, Goiás, teve como objetivo analisar a realidade vivenciada pelas famílias assentadas, destacando as novas oportunidades e os desafios a serem superados após o acesso à terra. O desenvolvimento do estudo se deu com base em indicadores de sustentabilidade, sendo enfocados os aspectos econômico, social e ambiental. A pesquisa contemplou três etapas: uma reunião em grupo; um diagnóstico rápido participativo e, por último, aplicação de questionários às famílias. Os indicadores apontam sérios problemas estruturais no assentamento, que dificultam o estabelecimento dos processos produtivos, agravam os problemas ambientais e limitam as condições de vida das famílias assentadas.

Palavras-chave: Reforma agrária. Desenvolvimento rural. Indicadores de sustentabilidade. Assentamento rural.

Resumen

La reforma agraria reasume una posición de preeminencia en las políticas nacionales como un vector del desarrollo sostenible en las zonas rurales. Sin embargo, un de los desafíos es como medir los niveles de sostenibilidad de los asentamientos rurales establecidos en virtud de la actual política de reforma agraria. El estudio de caso de lo Sítios Vale do Araguaia - Goiás, tiene como objetivo examinar la realidad que viven las familias asentadas, destacando las nuevas posibilidades que abre después de lo acceso la tierra y los desafíos que deben superarse. El desarrollo del estudio se basó en indicadores de sostenibilidad, que se centró en los aspectos económicos, sociales y ambientales. La investigación incluyó tres etapas: una reunión del grupo, un diagnóstico rápido participativo y, por último, la aplicación de encuestas las familias. Los indicadores muestran graves problemas estructurales en el asentamiento, que dificultan el establecimiento de procesos productivos, el empeoramiento de los problemas del medio ambiente y limitar condiciones de vida de las familias asentadas.

Palabras clave: Reforma agrária. Desarrollo rural. Indicadores de sostenibilidad. Sítios rurales.

Introdução

A reforma agrária reassumiu uma posição de destaque no debate nacional, nos processos sociais, nas atividades políticas e em alguns programas governamentais, apresentando-se como uma oportunidade concreta para uma parcela considerável de agricultores familiares e de trabalhadores que habitam o meio rural. Nesse novo contexto, a política brasileira de reforma agrária se insere como um vetor de promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural. Esses objetivos são almejados pelo fato de a terra não ser apenas um fator de produção, mas também de riqueza, prestígio e poder, por isso sua distribuição ocasiona o aumento do poder político e a inclusão social de muitas famílias rurais. Ademais, o acesso a terra se reverte em transformações econômica, política e social que atingem a população beneficiária, gerando efeitos positivos nos planos municipal e regional.

No entanto, lançam-se os desafios de como mensurar os alcances das propostas de desenvolvimento sustentável imbuídas na política de reforma agrária, bem como suas repercussões. Com propósito de contribuir para sanar essas questões, fez-se um estudo de caso do Assentamento Vale do Araguaia, localizado no estado de Goiás. O presente artigo é resultante do diagnóstico socioeconômico e ambiental do assentamento, que teve por objetivo conhecer a realidade vivenciada pelas famílias asentadas, as novas

oportunidades que se abriram após o acesso a terra e os desafios a serem superados. O estudo é parte integrante do “Projeto de Recuperação Ambiental do Assentamento Vale do Araguaia” (UFG/INCRA), e constitui uma importante ferramenta de suporte para implementação de um desenvolvimento sustentado nas áreas de reforma agrária.

O desenvolvimento do estudo se deu com base em indicadores de sustentabilidade que enfocaram os aspectos econômico, social e ambiental. A pesquisa contemplou três etapas, a saber: uma reunião em grupo; um diagnóstico rápido participativo para levantamento dos principais problemas do ponto de vista dos agricultores assentados e, por último, a aplicação de questionários, que abrangeram 94% das famílias assentadas.

A reforma agrária brasileira

Sob a perspectiva do pensamento reformista que vigorava nos anos de 1950 e 1960, a reforma agrária era concebida como um movimento global de transformação da sociedade visando três objetivos: a democratização política por meio da ruptura do poder político tradicional, a redistribuição da riqueza e da renda e a formação do mercado interno. No entanto, a modernização conservadora da agricultura desativou o significado clássico da reforma agrária, uma vez que a terra e a riqueza continuaram concentradas em prol dos setores agrários tradicionais e dos novos interesses agroindustriais (LEITE e AVILA, 2007).

Os autores ressaltam que nas duas últimas décadas, a abordagem sobre as transformações do meio rural brasileiro deu lugar ao discurso produtivista renovado com forte orientação neoliberal e agroexportador impostos pelos ajustes das políticas macroeconômicas. Na década de 1990, o ideal neoliberal pregava o afastamento do Estado da economia, isso se traduziu nas propostas de distribuição de terras via livre-mercado, o que pouco beneficiou os pequenos agricultores familiares.

Como resultado de sua trajetória política, o Brasil possui elevada concentração de terra, isso dificulta seu processo de desenvolvimento sustentável, pois elevados níveis de concentração econômica e fundiária impedem a promoção da justiça social, deixando milhões de pessoas à margem do processo de cidadania plena. A reforma agrária constitui-se num dos principais mecanismos para o enfrentamento da situação.

Atualmente, a reforma agrária reassumiu uma posição de destaque no debate nacional, nos processos sociais, nas atividades políticas e em alguns programas governamentais, apresentando-se como uma oportunidade concreta para uma parcela considerável de agricultores familiares e de trabalhadores que habitam o meio rural. A reforma agrária insere-se no processo de transformação rural como um vetor do desenvolvimento econômico, social, ambiental.

Segundo Leite e Avila (2007), o resultado direto do acesso a terra é a segurança contra choques nos preços dos alimentos, instabilidade cíclica da produção e do rendimento agrícola e situações adversas nos mercados de trabalho. A produção própria de alimentos e a garantia de emprego em sua própria terra contribuem para o papel estratégico do autoconsumo reduzindo a possibilidade de os agricultores familiares passarem fome ou ficarem desempregados. A reforma agrária também beneficia os trabalhadores rurais assalariados, pelo fato de as pequenas propriedades demandarem muita mão-de-obra externa; além de setores não agrícolas, na medida em que a renda advinda da terra é gasta na aquisição de bens produzidos localmente.

A terra não é apenas um fator de produção, mas de riqueza, prestígio e poder. Portanto, sua distribuição ocasiona o aumento do poder político e da participação social de uma parcela significativa de famílias, antes excluídas. Os efeitos e as mudanças locais proporcionados pela criação de assentamentos rurais, ou da regularização da posse de agricultores familiares e trabalhadores, se revertem em transformações econômica, política e social que atingem a população beneficiária e envolvem outros atores e instituições, gerando efeitos positivos no plano municipal, na diversificação da produção agrícola, na expansão do mercado de trabalho e no fortalecimento da comunidade. O caráter inovador das experiências nos assentamentos também é crucial para o desenvolvimento das capacidades humanas e das ações dos agentes sociais envolvidos (LEITE e AVILA, 2007).

A distribuição de terras gera um aprendizado por parte dos agricultores, ao fomentar a organização da produção e comercialização agrícola, a formação de cooperativas e associações de produtores, contribuindo via processo reivindicatório para intensificação do desenvolvimento local.

No âmbito nacional, Guanziroli et al. (2001) destaca a importância da política de reforma agrária como um mecanismo de desenvolvimento. A transformação da vida

rural deve ser buscada por meio de políticas que atinjam o crescimento com equidade, redistribuição do poder econômico e político, juntamente com a participação popular. O almejado desenvolvimento sustentável só logrará êxito se não se limitar a fatores econômicos, fornecendo as famílias não apenas o acesso a terra, mas também toda a infra-estrutura e aporte necessário para a redistribuição do poder político, de modo a promover uma verdadeira reforma do setor agropecuário brasileiro.

Para melhor compreensão de aspectos da política de reforma agrária fez-se um estudo de caso do Assentamento Vale do Araguaia, localizado no estado de Goiás. Esse estudo enfocou os aspectos econômico, social e ambiental. Procurou-se registrar a realidade vivenciada pelas famílias assentadas, as novas oportunidades que se abriram e os desafios a serem superados.

O projeto de assentamento do Vale do Araguaia

O Projeto de Assentamento Vale do Araguaia (PAVA) encontra-se às margens da Rodovia Estadual GO-194, que liga Baliza a Bom Jardim de Goiás. Localizado no município de Baliza, distante 4 km da sede municipal, 7 km de Torixoréu-MT, cerca de 60 km de Barra do Garça-MT e 390 km de Goiânia, capital do Estado de Goiás.

O município de Baliza integra a bacia do Rio Araguaia, inserido no Bioma Cerrado, possui uma área de 1.782,5 km² e densidade demográfica de 1,85 hab./km². Seu povoamento teve origem com a descoberta de jazidas de diamantes, por volta de 1924, às margens do Ribeirão João Velho, atraindo para a região muitas famílias. Com a exaustão das jazidas houve a emigração dos garimpeiros e a evasão de pessoas para trabalhar nas obras da Fundação Brasil Central em Aragarças, e Baliza foi perdendo sua importância. Nas últimas décadas a taxa de crescimento da população foi negativa chegando a - 14%. Atualmente, por ocasião da implantação de assentamentos de reforma agrária na região, o município está recebendo um novo impulso de crescimento. Há de se ressaltar o predomínio da população rural que atinge um percentual de 68% (SEPLAN, 2005; IBGE, 2008; SEPLAN/SEPIN, 2008).

O Projeto de Assentamento Vale do Araguaia foi criado em 08 de março de 2005. O processo teve início, por volta de 2001, com o acampamento das famílias ao longo da BR 158 de acesso a Baliza em direção a Goiânia. Em 2004, houve a ocupação

do imóvel rural Fazenda Ponte Alta, Bebedouro, Reunidas; mas a justiça concedeu a reintegração de posse ao proprietário. Logo após, foi realizado um novo acampamento ao longo da estrada que culminou na desapropriação e assentamento de 86 famílias na área, que conta hoje com 84 famílias. Com a demarcação dos lotes, iniciou-se a delimitação e fixação das famílias nas suas parcelas ou áreas de uso (área produtiva, excluídas áreas de preservação permanente e estradas vicinais), que possuem em média 33 hectares. A área total do Assentamento Vale do Araguaia é de 4.207,5 hectares (PBAVA, 2005).

Parte da Fazenda Ponte Alta, Bebedouro, Reunidas desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) era utilizada para criação de bovinos de corte, sendo que a área restante estava coberta pela sua vegetação original constituída por diferentes fito fisionomias de Cerrado, vegetação predominante no estado de Goiás. Devido às características peculiares dos solos arenosos, acrescidas pelo uso intensivo, levaram a um processo de degradação do solo. Ademais, as áreas de preservação permanentes encontram-se em desacordo com a legislação ambiental vigente, por não possuírem a área mínima exigida pela lei (PBAVA, 2005).

Elementos para uma abordagem teórica

O desenvolvimento do estudo se deu com base em indicadores de sustentabilidade que englobam as vertentes econômica, social e ambiental. Para tanto, faz-se necessário delinear os conceitos de desenvolvimento sustentável tomados como parâmetros de análise.

Iniciando a abordagem pela década de 1960/70, observa-se o esgotamento das estratégias de desenvolvimento baseadas no crescimento econômico, isso levou estudiosos a repensar os novos caminhos do desenvolvimento. Seguindo essa lógica, a Conferência de Estocolmo (1972) introduziu a idéia de que toda e qualquer proposta de desenvolvimento deveria considerar as premissas de que tanto as gerações presentes quanto as futuras tinham o direito fundamental à vida, em um ambiente sadio e não degradado. Com o desenrolar das discussões, estabeleceu-se na Conferência de Ottawa (1986), cinco requisitos que o novo desenvolvimento deveria responder: a integração da conservação e do desenvolvimento; a satisfação das necessidades humanas básicas; o

alcance da equidade e da justiça social; a provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural e a manutenção da integração ecológica (BARONI, 1992). Essas questões foram sintetizadas nas propostas de desenvolvimento sustentável, termo apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987. O conceito de desenvolvimento sustentável foi então sintetizado como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas (SCOTTO et al., 2007).

O conceito de desenvolvimento sustentável requer a busca de alternativas ao desenvolvimento desenfreado obtido a custo de elevados impactos negativos, tanto sociais quanto ambientais. Não é suficiente promover uma perfeita eficiência alocativa dos recursos, é preciso que haja o equilíbrio entre cinco diferentes dimensões: social, ambiental, territorial, político e econômico. A inclusão social deve ser o objetivo central, pois é preciso interromper o círculo vicioso da pobreza que paira sobre muitos lugares. Nesse sentido, o objetivo maior se torna promover a igualdade social e a melhoria da qualidade de vida daqueles que vivem sob condições adversas. Na nova proposta de desenvolvimento, o ecossistema ambiental deve manter suas características e inter-relações fundamentais ao longo do tempo, por ser fundamental como um sistema de sustentação da vida. O desenvolvimento econômico deve ser buscado como requisito fundamental para promoção da reprodução social do homem. Apenas as soluções que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais merecem a denominação sustentáveis (SACHS, 2004).

A política nacional de reforma agrária se insere como uma forma de promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural. Essas premissas são explicitadas pelo INCRA, em sua missão “Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”, e sua visão de futuro “Ser referência internacional de soluções de inclusão social” (INCRA, 2008 p. 2).

Para o INCRA (2008), a reforma agrária visa promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento da produção. A reforma agrária deve proporcionar: a desconcentração e democratização da estrutura fundiária, a produção de alimentos básicos, a geração de ocupação e renda, o

combate à fome e à miséria, a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural, a interiorização dos serviços públicos básicos, a redução da migração campo-cidade, a democratização das estruturas de poder, a promoção da cidadania e da justiça social.

Por intermédio da atual política de reforma agrária brasileira se pretende implantar um novo modelo de assentamento baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; promovendo a igualdade de gênero e assegurando o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (INCRA, 2008). No entanto, lançam-se os desafios de como mensurar os alcances das propostas de desenvolvimento sustentáveis apresentadas nessa política. Para tanto, o presente estudo centrou-se na utilização de indicadores de sustentabilidade.

Os indicadores de sustentabilidade são ferramentas que permitem a obtenção de informações capazes de revelar significados mais amplos sobre uma dada realidade ou fenômeno (VAN BELLEN, 2004; IBGE, 2004; MARZALL e ALMEIDA, 2000). Alguns autores definem indicadores de sustentabilidade como instrumentos que permitem a obtenção de informações e a mensuração das modificações nas características de um sistema, possibilitando sua avaliação. Segundo Deponti et al. (2002) e, Deponti e Almeida (2008), os indicadores podem ser utilizados para operacionalizar conceitos e definir padrões de sustentabilidade. Outros autores definem indicadores como um conjunto de parâmetros que, além de mensurar as modificações, comunica de forma simplificada o estado do sistema em relação aos critérios e as metas estabelecidas para avaliar a sua sustentabilidade (MOURA et al., 2004).

Em suma, os indicadores de sustentabilidade conseguem sintetizar um conjunto complexo de informações em variáveis de fácil avaliação. Sendo essencial para o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável.

A avaliação da sustentabilidade de um sistema se justifica em contextos de incertezas, onde os conhecimentos ainda não estão consolidados. Nessas condições, os indicadores de sustentabilidade objetivam caracterizar e acompanhar um dado sistema, permitindo quantificar fenômenos complexos, simplificar mecanismos e lógicas atuantes, determinar como as ações humanas afetam o sistema estudado, alertar para as situações de risco, prever situações futuras, informar e contribuir para o direcionamento das decisões políticas (MARZALL e ALMEIDA, 2000).

Os indicadores de sustentabilidade fornecem sinais que indicam necessidades de mudanças no comportamento dos agentes, nos ajustes institucionais e na direção das políticas, ajudando no seu planejamento e análise. Ao detectar tendências indesejadas, contribuem para evitar crises, melhorar o conhecimento das interações do sistema e possibilitar a adoção de melhores estratégias de ação (VAN BELLEN, 2008).

Não há um conjunto de indicadores globais adaptáveis a qualquer realidade, pois os indicadores descrevem um processo específico, sendo particulares a um dado sistema. Contudo, os indicadores empregados para avaliação de um determinado contexto devem: ser significativo; ter validade, objetividade e consistência; fornecer resposta imediata às mudanças efetuadas ou ocorridas; ter coerência e ser sensível a mudanças no tempo e no sistema; ser centrado em aspectos práticos e claros, fácil de entender; fornecer informações condensadas sobre vários aspectos do sistema; ser de fácil aplicação e avaliação, baseado em informações facilmente disponíveis e de baixo custo; permitir ampla participação dos atores envolvidos na sua definição; permitir o cruzamento com outros indicadores, representar os padrões ecológicos, sociais e econômicos de sustentabilidade permitindo a análise dessas relações (MARZALL e ALMEIDA, 2000; DEPONTI et al., 2002; DEPONTI e ALMEIDA, 2008).

Quando da análise da sustentabilidade de um dado sistema as seguintes etapas devem ser consideradas: especificar o que se entende e caracteriza como sustentabilidade e estabelecer quais os indicadores que poderiam ser relevantes para determinada problemática (MARZALL e ALMEIDA, 2000).

Sendo assim, toma-se como premissa de sustentabilidade para o assentamento Vale do Araguaia a promoção de um desenvolvimento que incorpore, de modo geral, as preocupações com os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Um ambiente que permita aos assentados à garantia de uma renda satisfatória, advindas de atividades agrícolas ou não agrícolas, que viabilize uma qualidade de vida adequada as famílias. O exercício da atividade produtiva associadas à produção de gêneros saudáveis e nutritivos que permitam o bem estar dos consumidores e produtores, resultando na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais. Em suma, caracteriza-se como um assentamento sustentável aquele que viabilize a reprodução social das famílias, com base em atividades não ameaçadoras ao meio ambiente e que promova a melhoria na qualidade de vida da comunidade, em todos os aspectos.

No âmbito econômico, consente-se que a distribuição equânime das riquezas geradas e a criação de oportunidades econômicas para o conjunto dos cidadãos devem nortear os objetivos no Projeto de Assentamento Vale do Araguaia. Há de se ressaltar a importância da geração de rendas constantes e estáveis, ao longo do tempo. No presente estudo a dimensão econômica ocupa-se de avaliar as formas de obtenção da renda, bem como a eficiência dos processos produtivos, tida como uma condição necessária para viabilizar a reprodução social das famílias assentadas. Sendo assim, os indicadores utilizados para analisar essa dimensão referem-se à forma de obtenção da renda familiar e as atividades produtivas desenvolvidas nas parcelas.

Toma-se por sustentabilidade social os condicionantes necessários para a satisfação das necessidades humanas em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para verificar se o assentamento PAVA tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários foi feita uma avaliação a partir da agregação de indicadores como: saúde, educação, habitação, aspectos sanitários, acesso à água, à energia elétrica, ao lazer, aos meios de transporte e as condições das estradas.

A dimensão ambiental diz respeito ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, posto que a preservação e conservação do meio ambiente são fundamentais para a manutenção da vida. Toma-se a preservação e conservação do meio natural como uma característica necessária à existência de sustentabilidade no Assentamento Vale do Araguaia. Os indicadores utilizados para avaliar esse aspecto relacionam-se a ocorrência de erosão, voçorocas e o estado de conservação dos corpos d'água, principais problemas relacionados durante o estudo.

Questões metodológicas

O espaço amostral da pesquisa é constituído pelo Projeto de Assentamento Vale do Araguaia, localizado no município de Baliza-GO. No primeiro semestre de 2008, fez-se três tipos de atividades junto à comunidade: 1) reunião em grupo; 2) um diagnóstico rápido participativo; 3) a aplicação de questionário simples e com observações livres.

A reunião em grupo objetivou a problematização dos aspectos econômicos, sociais e ambientais pela própria comunidade. Foram formados cinco grupos, sendo

quatro de adultos e um grupo de jovens agricultores assentados. Após 40 minutos de discussão foi eleito um redator que sistematizou as demandas do grupo em relação ao projeto proposto. Após as apresentações foi realizada a priorização das ações mais urgentes no assentamento.

Já o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes puderam compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. O DRP pretende desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação. Em vez de confrontar as pessoas com uma lista de perguntas previamente formuladas, a idéia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la (VERDEJO, 2006).

A terceira etapa baseou-se na aplicação de questionários constituído de questões fechadas e abertas, ações pontuais. A aplicação de questionários abrangeu 94% de famílias assentadas. Sendo que, o questionário simples, em abordagem direta, foi aplicado a 45 beneficiários de lotes. Nesse caso, as entrevistas foram realizadas individualmente, de modo que o assentado exponha sua visão de todo o assentamento, da sua parcela e das relações envolvidas. Já o questionário com observações livres foram aplicados em 27 parcelas, nesse processo as perguntas são realizadas ao mesmo tempo em que são observadas as atividades desenvolvidas no lote do entrevistado, o estado geral da área, a relação homem - meio ambiente. Essa pesquisa visa identificar diferentes zonas, tecnologias, problemas, soluções e oportunidades. Nessa etapa toda a família participa ressaltando os pontos que acreditam ser importante.

As visitas foram norteadas pelo auxílio do mapa de divisão dos lotes, uso do solo e cobertura vegetal, buscando contemplar acesso aos lotes, descontinuidade, abrangência da área, acesso à água, reserva legal e estradas. Os dados obtidos foram sistematizados e analisados quanto aos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A sustentabilidade econômica, social e ambiental do P. A. Vale do Araguaia

Aspecto econômico

O desenvolvimento local deve ter como um de seus pilares a distribuição equânime das riquezas geradas e a criação de oportunidades econômicas para o conjunto dos cidadãos. Apenas as soluções que promovam o crescimento econômico com relevantes impactos positivos tanto sociais como ambientais, merecem ser almejadas (SACHS, 2004).

A dimensão econômica ocupa-se com a eficiência dos processos produtivos, tidos como uma condição necessária para viabilizar a reprodução social dos assentados rurais. Os indicadores utilizados para analisar essa dimensão referem-se à forma de obtenção da renda e as atividades agropecuárias desenvolvidas na parcela.

Um aspecto importante da luta pela sobrevivência dos agricultores baseia-se na capacidade de produção na terra, durante o tempo de vida do agricultor, como também assegurar que as novas gerações possam alimentar-se na terra da família (REIJNTJES e HIEMSTRA, 1989).

De posse dos dados provenientes dos 45 questionários simples, foi possível analisar a forma de obtenção da renda familiar. Para tanto, os entrevistados foram distribuídos em três grupos, o primeiro compõem-se das famílias que obtêm a totalidade de sua renda oriunda das atividades desenvolvidas no interior da própria parcela; o segundo grupo engloba as famílias que obtêm sua renda familiar por meio de atividades externas à parcela, na sua grande maioria, pelo trabalho assalariado temporário desenvolvido para outros agricultores. O último grupo abarca as famílias que mesclam o exercício das atividades em suas parcelas com a prestação de serviços externos.

O primeiro grupo abrange cerca de 22% das unidades familiares pesquisadas, são os únicos que conseguem se manter com a renda oriunda da própria parcela. Estas famílias dedicam todo seu tempo às atividades internas a sua unidade, portanto, não trabalham temporariamente, nem de forma permanente para outros agricultores. De maneira geral, desenvolvem a pecuária leiteira, tendo na produção de leite e seus derivados (queijo e requeijão) a principal fonte de renda da família, mas comercializam também bezerros e ovos. Os agricultores deste grupo possuem o maior número de criações, em média 43 aves (galinhas, cocas e patos) e 23 bovinos. Não foi possível

precisar quantitativamente a renda auferida por este grupo de assentados, mas percebe-se que desfrutam de melhores condições econômicas que os demais. Isto, devido ao fato de já terem conseguido desenvolver algum tipo de atividade produtiva em sua parcela gerando, inclusive, excedentes para a comercialização. Nesse contexto, a renda oriunda de programas sociais e assistenciais, promovidos pelo Estado, como a aposentadoria, a bolsa família, a bolsa escola, o auxílio maternidade e a pensão tem um peso, proporcionalmente, menor na composição da renda familiar.

Em contrapartida, o segundo grupo, que engloba 24% das famílias pesquisadas, obtém a totalidade de suas rendas em atividades realizadas externamente à parcela, na sua grande maioria, na forma de trabalho assalariado temporário desenvolvido para outros agricultores. Trata-se da prestação de serviços braçais em outras parcelas, tais como roçagem de pasto, execução de cercas, currais, os denominados “bicos”. Em menor ocorrência observa-se também a prática de trabalho assalariado permanente, principalmente como pecuarista para agricultores patronais da redondeza, bem como o arrendamento de parte da área da parcela para outros assentados, especialmente para os assentados do grupo analisado anteriormente. A renda média oriunda destas atividades oscila ao redor de R\$ 325,00 ao mês, por parcela. Em 80% dos casos, os rendimentos obtidos com o assalariamento temporário e/ou permanente são complementados com os programas sociais e assistenciais, promovidos pelo Estado, como a aposentadoria, a bolsa família, a bolsa escola, o auxílio maternidade e a pensão, sendo que a renda média auferida com esses benefícios sociais é de aproximadamente R\$ 498,00 ao mês por família. Há casos em que toda a renda familiar é proveniente destes benefícios, pois não há geração de renda de nenhuma forma na parcela, nem a prestação de serviços assalariados para outros agricultores.

O terceiro grupo, por sua vez, engloba a maioria das parcelas pesquisadas, cerca de 54% dos casos. Estas famílias, além de se dedicarem ao assalariamento temporário e/ou permanente em outras propriedades, exercem atividades em sua própria parcela, no entanto a renda auferida dessa forma não é muito representativa no contexto total. Destas famílias pesquisadas, em aproximadamente 80% dos casos, a totalidade da renda obtida na propriedade provém da atividade pecuária, já que a produção agrícola destina-se somente para o consumo familiar. Estas famílias possuíam em média 27 aves (galinhas, cocas e patos) e 16 animais bovinos, principalmente gado leiteiro. Ademais,

16% dos assentados enquadrados neste grupo comercializam a produção de leite e vendem os bezerros machos. Na época seca, quando a produção de leite diminui, alguns assentados deixam de comercializar o leite e passam a fabricar queijo e requeijão, produtos com um maior valor agregado. Outras unidades familiares, aproximadamente 8%, complementam a renda com artesanatos principalmente, bordados, tapetes e crochê. Mas há também o extrativismo de frutos naturais como o buriti, utilizado para fazer polpa que é comercializada nos supermercados da região, bem como o coco babaçu utilizado para fazer azeite e sabão. A renda média deste grupo, auferida na forma de assalariamento, gira em torno de R\$ 340,00 ao mês por família. Cerca de 66% destas famílias são contempladas com os programas sociais e assistencialistas do Estado, que atinge em média a R\$ 350,00 ao mês por família.

É comum encontrar no assentamento famílias que praticam agricultura de subsistência, caracterizada pelo baixo índice de tecnologia e produtividade e maior utilização de mão-de-obra. A exploração desses cultivos está restrita a pequenas áreas, nas proximidades das habitações, quintais e hortas. A baixa produção dos cultivos pode ser a causa de um dos maiores problemas diagnosticados: insegurança alimentar da comunidade.

Os quintais constituem um significativo complemento à alimentação familiar. Atendendo aos interesses do autoconsumo. As famílias cultivam hortaliças, tubérculos, frutos, temperos e plantas medicinais, segundo a tradição familiar e a produção de subsistência. A grande diversidade de espécies constitui um patrimônio genético que os agricultores procuram preservar, para assegurar a diversidade nas refeições, além de servir como presentes e material de troca entre amigos e vizinhos.

No entanto, com base nos 45 questionários, evidenciou-se que, nem a metade das famílias pesquisadas mantinha horta e pomar nas adjacências da residência. Destas, apenas 37% possuem um pomar, dentre as frutíferas cultivadas encontram-se a banana, o maracujá, o abacaxi, o mamão, o limão, a laranja, a melancia, a mexerica, a acerola, o caju, o abacate, a manga, a jaca, o pequi, a graviola, o baru etc. Em quase todas as parcelas, as frutíferas, principalmente as de ciclo mais longo, ainda não entraram na fase produtiva. Apenas 26% dos agricultores cultivam hortaliças como alface, couve, tomate, jiló, pepino, pimenta, mostarda, almeirão, berinjela, cenoura, beterraba, rúcula, quiabo,

sendo que somente 24% dos entrevistados cultivam tanto a horta como o pomar. Cerca de 25% das famílias ainda não cultivaram nenhum gênero agrícola.

A mandioca é o principal cultivo desenvolvido pelos agricultores assentados, estando presente em 60% das parcelas pesquisadas. Essa cultura apresenta considerável importância na dieta alimentar das famílias, na alimentação das criações, principalmente, de suínos e bovinos, bem como na complementação da renda auferida por algumas famílias. O mesmo pode-se dizer da farinha de mandioca produzida em pequenas engenhocas nos interiores das parcelas ou com a associação entre vizinhos. Outros cultivos são desenvolvidos pelos agricultores assentados no PAVA, destacando-se, em ordem de importância a cana, arroz e milho; e com menor representatividade o amendoim, o gergelim, a melancia e a pimenta.

As lavouras, a horta e o pomar são cultivados visando basicamente à subsistência da família. No entanto, algumas famílias já fazem cultivos visando à comercialização nas cidades de Barra do Garça - MT, Torixoréu - MT e Baliza - GO. A mandioca, a banana, o mamão, a abóbora e a pimenta são comercializadas nas feiras das cidades próximas, por intermédio de atravessadores. As principais frutas comercializadas são melancia e banana, parte da melancia atende o mercado local, a outra parte da produção abastece a CEASA-GO, também via atravessadores.

O sistema produtivo desenvolvido pelos assentados no PA Vale do Araguaia é caracterizado por baixo nível tecnológico. Observa-se que, somente 22% dos agricultores utilizam sementes selecionadas, especialmente de hortaliças e de milho. Os entrevistados não possuem tratores, nem implementos mecânicos, movidos a tração animal ou manual como arados, carpidadeiras, matracas, dentre outros. Em função disso, alguns assentados (15%) contratam tratoristas, prestadores de serviço, para o preparo do solo. O trato cultural mais realizado são as capinas. Quase um terço dos assentados adubam o solo antes do plantio, seja com adubos químicos ou esterco animal.

De modo geral, observa-se que os assentados demonstram maior aptidão pecuária do que agrícola, apesar do reduzido tamanho das criações, despendem maior atenção a atividade pecuária do que a atividade agrícola. A ampliação do rebanho é facilitada por relações de parceria, na qual o proprietário dos animais dá as bezerras para outro assentado cuidar, com a condição de este ficar com sua primeira cria, viabilizando o início da atividade produtiva, mesmo com pouco ou nenhum capital.

A produção leiteira é a principal atividade econômica desenvolvida pelos produtores. Uma parte da produção de leite é reservada para atender a demanda familiar, sendo a maior parte comercializada por intermediários. A falta de energia elétrica impede qualquer iniciativa de organização da produção, pois interfere no processo de armazenamento, restringindo os canais de comercialização. Essa produção apresenta baixos índices técnicos em virtude da carência de recursos para investimentos e de assistência técnica. Os rebanhos não possuem genética apurada para a produção de leite, sendo normalmente mestiços. Com o interesse em vender o bezerro para pecuaristas que se dedicam a recria, os assentados realizam cruzamentos com touro zebu, o que implica em queda na produção de leite.

Quase todos assentados criam aves, especialmente galinhas, cocas e patos. Essa atividade também visa atender a subsistência da família. A produção de ovos apresenta baixos índices produtivos, devido ao reduzido investimento e ao sistema extensivo de criação. Além de dificultar o acompanhamento do desempenho dos animais, parte da produção é perdida por ação de predadores. Poucos produtores comercializam ovos e frangos, fator atribuído à dificuldade de escoamento da produção e a ausência de canais de comercialização, como feiras.

Tanto a produção de ovos e frangos como a de leite são atividades que apresentam potencial de desenvolvimento, podendo incrementar a renda das unidades produtivas. As tecnologias produtivas adotadas pelos assentados confirmam forte tendência em se trabalhar com essas criações

Os quintais, também apresentam a particularidade de suporte para as pequenas criações, que servem para subsistência e incremento da renda de alguns produtores. Devido à proximidade da casa, essas criações são dotadas de certa docilidade, o que facilita os tratos, manejos e controle, bem como o acompanhamento e desenvolvimento do plantel e seleção, visando algum melhoramento ou descarte.

Os suínos também fazem parte dos animais criados nos quintais, seja soltos ou presos em mangueiros e/ou chiqueiros para engorda. São alimentados com milho, abóbora, mamão, entre outros frutos e legumes do quintal, além de restos da alimentação humana. Os produtos dessa criação são utilizados na alimentação humana, a banha como fonte de energia, conservação de alimentos e fabricação de sabão; a carne, como fonte de proteína animal e diversificação da dieta alimentar.

Algumas iniciativas de produção artesanal constituem uma promissora fonte complementar de renda para o assentamento, principalmente, para as mulheres. Entretanto, faz-se necessário a mobilização e a capacitação de um maior número de agentes, visando atender as demandas de quantidade, padrão de qualidade, diversidade de produtos, organização da produção e comercialização.

As atividades extrativistas podem se tornar uma alternativa para os assentados, considerando a disponibilidade de frutos nativos do cerrado, com destaque para o pequi, o buriti, a cagaita, o baru, a mangaba, o murici, o babaçu, o cajuzinho, entre outros. Ressalta-se que o elevado número de espécies frutíferas do cerrado, aliado à alta população dessas espécies no local, constitui um rico recurso para aproveitamento tanto para alimentação, comercialização, além das possibilidades de produção de artesanatos de fibras, cortiças, resinas, óleos, ceras, tanino, tintorial, melífero, lactífero, entre outros.

Durante a pesquisa, os entrevistados ressaltaram a importância da implantação de uma cooperativa para beneficiamento do leite e também para o processamento de frutíferas, a fim de agregar valor ao produto e contribuir para aumentar a renda das famílias. Por enquanto, o processamento dos alimentos segue uma linha artesanal com base em receitas peculiares, variando de uma parcela para a outra. Tais produtos visam à subsistência das famílias e variam entre a produção de biscoitos, bolos e doces, passando pela produção de queijos e outros derivados de leite, até conservas, principalmente, de pimentas e jurubebas. Como não há controle das condições sanitárias, não é difícil supor que esses produtos apresentem algum nível de contaminação que interfira na qualidade e no processo de conservação. Muitos produtos, principalmente queijo e requeijão, são manuseados de forma inadequada, sendo transportados na carroceria de camionetes, juntamente com os estudantes até a parada do transporte escolar, de onde prosseguem até o centro comercial das cidades próximas.

Desta forma, torna-se necessário criar uma cooperativa com o intuito de organizar o processamento, o transporte e a comercialização da produção agroindustrial dos assentados. Esta pode constituir-se em importante fonte de renda para muitas famílias. Há de se ressaltar a necessidades de fornecer aos assentados cursos de aperfeiçoamento para aprimorar a produção de derivados de leite como queijos,

manteigas, requeijão, doces, farinha, conservas, licores, dentre outros, afim de que estes atendam aos padrões sanitários exigidos e não comprometam a saúde dos consumidores.

A análise da situação econômica do Projeto de Assentamento Vale do Araguaia aponta inúmeras dificuldades para o desempenho da atividade produtiva marcado, de forma geral, por uma a ausência de infra-estrutura local. A inexistência de crédito é um fator restritivo, visto que é essencial para o início de qualquer atividade produtiva. A disponibilização de crédito oficial é visto pela maioria como ponto de partida para uma exploração mais racional e estruturada. Outro fator de peso é a falta de serviço de extensão rural e assistência técnica, repercutindo diretamente na orientação e informações para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Aspecto social

Entende-se por sustentabilidade social os condicionantes necessários para a satisfação das necessidades humanas e melhoria da qualidade de vida. Para verificar se o assentamento de reforma agrária tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários fez-se uma avaliação a partir da agregação de indicadores como: saúde, educação, habitação, aspectos sanitários, acesso à água, à energia elétrica, lazer, aos meios de transporte e as condições das estradas.

Antes da análise dos indicadores acima, convém explicar acerca do percentual de habitantes por parcela. Constatou-se que o número de habitantes por lotes varia de uma a dez pessoas, em 48% dos casos habitam entre duas a três pessoas: o beneficiário do lote, seu conjugue e outros membros da família como filhos e/ou netos. O número de jovens por parcela é reduzido, pouco mais de um jovem por lote.

Observa-se que o Assentamento constitui um espaço familiar onde, parentes e amigos mantêm estreitos laços com o meio rural, pois quando não moram no assentamento, passam férias e fins de semanas no lote. Portanto, ficam em contato com a terra e com as atividades nela executada principalmente, às ligadas aos quintais, ao manejo das hortas e dos animais domésticos. Os visitantes, especialmente crianças, estabelecem um forte elo com o ambiente rural e produtivo, tomam conhecimento da realidade do dia-a-dia rural e aprendem práticas de manejo da terra, estreitando os laços de afetividade com os membros mais antigos da família, apoderando da sua cultura.

Voltando aos indicadores, Turnes (2004) ressalta que o desenvolvimento local deve ser promotor da qualidade de vida para as pessoas que vivem no território, sendo o atendimento a saúde uma de suas dimensões intrínsecas. Em relação ao acesso a saúde foi considerada a satisfação da comunidade com o atendimento recebido nos postos de saúde, por médicos e odontológicos, bem como pelos serviços prestados por agentes de saúde.

Em relação ao acesso a saúde constatou-se que não há um posto de saúde no assentamento, quando os assentados necessitam de atendimento médico precisam se dirigir aos postos mais próximos localizados na cidade de Baliza-GO ou em Torixoreu-MT. No município de Baliza, há somente uma unidade de saúde não contando com nenhum leito hospitalar, sendo disponibilizados apenas atendimentos de emergência. Ademais, os assentados reclamaram da falta de medicamentos na farmácia do posto.

Os assentados também alegam contar com o atendimento odontológico de emergência disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de raramente utilizar esse serviço. Há uma necessidade sistêmica dessa assistência por parte da comunidade, visto que a maioria da população adulta possui prótese dentária em mal estado de conservação e, outros, apesar de possuir reduzido número de dentes na boca, não usam prótese. Pela observação visual, percebe-se ainda a presença de dilaceração radicular (dentes podres), cáries, tártaros e doenças gengivais.

Cerca de 70% dos assentados contam com agentes de saúde que visitam as parcelas, contudo as visitas são pouco frequentes e sua atuação se restringe à entrega de remédios e à marcação de consultas. As agentes são mais assíduas nas parcelas onde algum membro da família toma remédio controlado, sendo comum a entrega mensal de remédios.

O atendimento a saúde é um dos desafios a serem superados no Projeto de Assentamento Vale do Araguaia, portanto, deve receber maior atenção do poder público. Guanzirolí (2001) observa que, nos assentamentos onde os serviços sociais são mais deficientes, há tendência de evasão das famílias maior que a média.

Sobre o indicador educação, Turnes (2004) destaca que o desenvolvimento local deve ser pautado no aperfeiçoamento constante do ser humano. Nesse sentido, a educação é um valioso instrumento capaz de produzir o aporte necessário para inovar e

implementar as mudanças necessárias à transformação da realidade e, ao mesmo tempo, proporcionar condições para o exercício pleno da cidadania.

Em relação ao nível de escolaridade das famílias, os dados da pesquisa revelaram que cerca de 8% são analfabetos, 58% possuem o ensino fundamental e 27% o ensino médio. Apesar de a maioria dos assentados alegarem ter ao menos o ensino fundamental, constata-se o analfabetismo funcional, pois demonstram dificuldade até para assinar o próprio nome. Nesse contexto, um programa de alfabetização de adultos, promoveria importantes desdobramentos.

Todas as crianças em idade escolar estão matriculadas nas escolas. No entanto, os estudantes enfrentam muitos desafios para chegar às escolas localizadas na cidade. Para alguns estudantes o percurso é composto de várias etapas, podendo durar duas horas. Isso implica em ter que sair de casa muito cedo, o que interfere nas refeições. Para muitos jovens e crianças que residem a longas distâncias da parada do transporte escolar, o trajeto rumo à escola inicia-se na carroceria de caminhonetes que não oferecem nenhuma segurança. Estes veículos transportam os estudantes até as paradas do ônibus escolar que os levam até seu destino final. Ademais, as condições dos veículos que faz o transporte escolar são precárias.

Um processo que esteja preocupado com a inclusão de todos os indivíduos deve ocupar-se constantemente com a erradicação do analfabetismo, por significar um entrave à participação consciente e a melhoria da qualidade de vida. O nível de educação também influencia no desenvolvimento dos projetos de assentamento, uma vez que o analfabetismo limita o aperfeiçoamento do agricultor e restringe o emprego de técnicas e/ou tecnologias modernas.

Em relação ao indicador habitacional foram consideradas as condições de moradia dos assentados. Observou-se, durante o estudo, o alojamento das famílias em condições precárias, sendo que a totalidade dos assentados reside em cabanas de palha. O atraso na liberação do dinheiro destinado à construção das moradias de alvenaria é motivo de insatisfação local. A ausência de recursos para construção de moradias obriga as famílias a improvisar habitações com os materiais que encontraram na própria parcela, como folhas de coqueiros, madeira, barro, tabuas, lonas, dentre outros produtos de baixo custo. Geralmente, o piso é de chão batido. As refeições são preparadas fora das casas, numa espécie de rancho, em fogões de lenha de fabricação própria,

construídos com barro e madeira. Usa-se lenha encontrada nos lotes, o que faz da rotina diária uma tarefa árdua, podendo também causar impactos sobre a vegetação local. As residências não conferem segurança e nem protegem adequadamente contra chuva, frio e fogo. Ademais, suas estruturas constituem abrigos para insetos nocivos ao homem, como barbeiro e aranhas. O descontentamento das famílias assentadas com as condições de moradia pode vir a interferir diretamente na permanência destas no assentamento e numa maior dedicação e/ou vínculo dos membros da família à unidade produtiva.

Com relação às condições sanitárias, sabe-se que o destino adequado do lixo e o tratamento dos dejetos são condições fundamentais para a melhoria dos níveis de saúde das pessoas e uma forma de evitar o comprometimento da qualidade ambiental. Normalmente, medidas simples evitam problemas sérios e de difícil correção. O indicador referente às condições sanitárias foi formulado com base na destinação dada aos dejetos humanos e ao lixo domiciliar (TURNES, 2004).

Em relação à destinação dos dejetos, 35% das unidades possuem fossa, banheiro ou o que chamam de “privada”, constituída pelo buraco no solo. Os sanitários, quando existem, possuem a mesma rusticidade das casas e em condições inadequadas de higiene. Em poucas residências constata-se a existência de fossas sépticas, capaz de reduzir as doenças de veiculação hídricas. O restante não indica a presença de fossa, sendo as excretas humanas jogadas a céu aberto ou enterrado. Muitos assentados fazem suas necessidades fisiológicas em meio à vegetação, sem conforto e privacidade.

Quanto ao destino dado ao lixo domiciliar, não há serviço público de coleta e a destinação final dos resíduos sólidos nas parcelas recebe pouca atenção. Normalmente, os lixos são encontrados jogados nos quintais, hortas e arredores das casas ou amontoado nas adjacências da residência. Alguns os jogam em buracos, outros queimam, enquanto outros levam para as margens da rodovia. O lixo orgânico é reaproveitado como complemento para a alimentação das criações como galinhas e suínos. Algumas latas e sacolas recebem uma segunda utilização, até mesmo usos extremos, como a reutilização de galões de óleo diesel para armazenar água para o consumo. Nesse sentido, há necessidade de se alertar a comunidade sobre os riscos e danos conseqüentes do errôneo manejo e reutilização do lixo.

Sobre a disponibilidade e a distribuição de água, há de ressaltar que esse indicador revela ser um dos fatores limitantes ou potencializadores do desenvolvimento.

Ademais, a quantidade e qualidade da água utilizada pelas pessoas estão intrinsecamente ligadas ao estado de saúde. Por isso, a água deve ser uma preocupação constante em processos de desenvolvimento. A melhoria destas condições tem resultados diretos na evolução da qualidade de vida da comunidade local e no desenvolvimento das atividades produtivas. Segundo Guanziroli (2001), as restrições hídricas atuam como um pré-condicionante para o insucesso dos projetos de assentamento de reforma agrária.

Em relação ao acesso e/ou disponibilidade de água, observa-se que 38% dos entrevistados possuem suprimento de água insuficiente para o consumo e as demais atividades agropecuárias. Em algumas parcelas, a água encontra-se em mal estado de conservação. A principal fonte de suprimento de água das famílias assentadas são as nascentes, seguidas pelos córregos, represas, cisternas e poços. Turnes (2004) destaca que a utilização de fontes naturais constitui uma forma adequada de suprimento de água no meio rural, desde que a qualidade destas não esteja comprometida.

Acerca do suprimento de energia elétrica, cabe ressaltar que na ocasião do estudo as famílias assentadas não dispunham do acesso à energia elétrica, no entanto, o sistema estava em fase de implantação. A falta de energia elétrica interfere diretamente no conforto e bem estar das famílias, pois equipamentos simples e essenciais como bombas d'água, ou utensílios domésticos como geladeiras, ferro de passar, tanquinho, dentre outros, não podem ser utilizados. O uso de energia elétrica também evita o consumo de outros recursos naturais como lenhas e querosenes, para a produção de energia. A falta de eletricidade limita drasticamente o desenvolvimento das atividades produtivas, pois devido ao fato de não se conseguir mecanizar algumas tarefas, despense-se grande quantidade de mão-de-obra e tempo em atividades que não atingem resultados satisfatórios.

Com relação às vias de deslocamento dentro do assentamento, constata-se que são realizadas por meio de estradas de terra. De maneira geral, os eixos principais estão em bom estado de conservação, apresentando bom dimensionamento e manutenção razoável, salvo alguns pontos de estrangulamento devido ao excesso de areia e/ou escoamento lateral comprometido. O maior problema é o piso da estrada, são extremamente arenosos, dificultando sobremaneira os deslocamentos. Existem, ainda, pontos de desvio das águas das enxurradas (bueiros) feitos para dentro das parcelas, sem

manejo conservacionista dos solos, que recebem esta descarga. Já as estradas internas não estão mau estado, dificultando o acesso às parcelas e o dia-a-dia dos assentados.

Como o Assentamento Vale do Araguaia fica longe dos centros urbanos, a existência de estradas em bom estado de trafegabilidade assume grande importância junto aos assentados, não apenas por permitir o acesso ao mercado para o escoamento da produção e o transporte de materiais e insumos, mas também por possibilitar o suprimento das demais carências, como o acesso às escolas e aos serviços de saúde. Nas parcelas mais isoladas e distantes, uma infra-estrutura viária adequada é crucial. Pois, interfere na comercialização da produção e na qualidade de vida das famílias.

Sobre os meios de transporte, observa-se que o principal meio de transporte utilizado pelas famílias é o ônibus coletivo, seguido pelas “caronas” pegadas no transporte escolar. O sistema de transporte público não possui um valor acessível à comunidade carente de recursos financeiros, sendo que parte dos ganhos das famílias é consumido no pagamento de ônibus e/ou frete. Além do mais, os ônibus não percorrem o interior do assentamento, o que torna a locomoção, particularmente, difícil para os que residem em lotes mais distantes. Um transporte público inacessível dificulta o livre ir e vir das pessoas compromete sua qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do assentamento. A situação dos transportes também afeta a dimensão econômico-produtiva, uma vez que os assentados não têm como transportar a produção agropecuária aos centros consumidores. Nesse sentido, a comunidade deve se organizar e encontrar sinergias para uma solução conjunta que atenda às necessidades das famílias.

A capacidade de organização da comunidade local é fundamental para viabilizar o apoio institucional necessário para a construção da infra-estrutura básica e de serviços sociais, sobretudo em relação à educação, saúde e melhoria das estradas. Essas conquistas dependem da mobilização social e do estreitamento das relações dos assentados com os poderes local, regional e federal. Segundo Guanzioli (2001), há uma correlação positiva entre os projetos de assentamento bem-sucedidos, a organização dos assentados e uma maior presença do Estado apoiando os processos de desenvolvimento.

Em relação às atividades de lazer e cultura, há de ressaltar que são fundamentais nos processos de desenvolvimento local por estar diretamente relacionada ao bem estar dos cidadãos. Neste sentido, a avaliação da efetividade das ações

comunitárias em prol desse objetivo deve ser incorporada aos processos de análise do desenvolvimento (TURNES, 2004).

A valorização das manifestações artísticas representa uma forma de cultivar tradições e costumes e de compreender as atitudes e gestos praticados no ambiente local, promovendo assim, a sustentabilidade. Igualmente, as atividades culturais permitem a transmissão de conhecimentos de geração a geração atuando como um meio de agregar novos conhecimentos e experiências, favorecendo o aumento da diversidade de atividades e de práticas (DEPONTI e ALMEIDA, 2008).

Sendo assim, com relação ao indicador lazer, foram consideradas as organizações ligadas ao esporte, à difusão da cultura local, ao desenvolvimento artístico (música, teatro), às festas tradicionais e ao descanso (passeios, férias em grupo etc.). Cabe ressaltar que os entrevistados podiam assinalar mais de uma opção. Os dados revelaram que a maioria dos assentados, cerca de 60%, tem como principal forma de lazer as festas tradicionais, realizadas principalmente pela Igreja Católica, em homenagem aos Santos. Em seguida, aparecem as atividades de descanso ligadas à contemplação da natureza como pescarias e banhos no rio.

Dentre as atividades de lazer e cultura desenvolvida pela comunidade aparecem, em menor proporção, às visitas aos parentes e amigos, aos passeios na cidade e os entretenimentos nos bares. A atividade esportiva, em específico os jogos de futebol na associação, ocupa o terceiro lugar na preferência dos entrevistados. De maneira geral, observa-se certa carência de atividades relacionadas ao desenvolvimento artístico e cultural. Alguns assentados manifestaram descontentamento em relação às escassas opções de lazer na comunidade, principalmente os jovens. Como ressaltado, essas atividades apresentam importantes contribuições na formação e interação das pessoas, sendo necessário implementá-las até mesmo para desenvolver o espírito participativo e o despertar para a tomada de iniciativa.

Apesar de o Assentamento Vale do Araguaia encontrar-se em fase de implantação, apresenta situações passíveis de serem interpretadas como uma experiência mal sucedida, tendo em vista a precariedade dos processos de reprodução sociais observados. Realmente, há muito por fazer, mas, acredita-se que, como parte de um processo mais amplo, a reforma agrária poderá contribuir para o desenvolvimento nacional, como explica Guanzirolí et al. (2001, p. 250) “[...] as falhas e os problemas

observados não podem ser usados para decretar uma suposta ineficiência e inviabilidade intrínseca da reforma agrária e da agricultura familiar como vetores de uma estratégia e política de desenvolvimento econômico com equidade.”

Aspecto ambiental

O desenvolvimento local deve ser centrado numa relação harmoniosa entre o homem e meio ambiente, em todos seus aspectos. A dimensão ambiental deve receber especial atenção, uma vez que o meio ambiente é o sistema de sustentação da vida, provedor de recursos naturais e "recipiente" para a disposição de resíduos. O ecossistema ambiental deve manter, ao longo do tempo, suas características e inter-relações fundamentais (SACHS, 2004).

A preservação e conservação do meio natural são indispensáveis à existência de sustentabilidade em um sistema e à manutenção deste ao longo do tempo. O meio ambiente é afetado pela degradação que, quanto mais acentuada, menor é a capacidade de regeneração do meio. Além do mais, desencadeia repercussões econômicas, devido ao aumento do custo de produção e sociais, uma vez que inviabiliza diversas formas de reprodução social (DEPONTI e ALMEIDA, 2008).

O ambiente do Projeto de Assentamento Vale do Araguaia está inserido no Bioma Cerrado, possuindo fitofisionomias de Mata Seca, Cerradão, Cerrado Sentido Restrito, Mata de Galeria, Mata Ciliar, Veredas, apresentando estas algum grau de antropização. A região possui duas estações bem definidas, sendo uma seca, com baixíssima precipitação pluviométrica e temperaturas mais amenas e outra úmida, com altos índices de precipitação e temperatura (ARAÚJO, 2005). Os principais cursos d'água que banham o assentamento são os córregos Água Doce, Grota Funda, Fundo, Olaria, Ponte Alta, Capão D'anta e Fortaleza. O Rio Araguaia confronta com a Reserva Legal.

Apesar de o município de Baliza ser o mais preservado da região Oeste do Estado de Goiás, com 54,20% da área com vegetação nativa, a área do assentamento apresenta níveis abaixo desse valor, principalmente nas áreas mais altas. Mesmo antes da implantação do Assentamento Vale do Araguaia, grande parte da vegetação nativa já havia sido substituída por pastagens. A vegetação nativa no assentamento está

concentrada nas parcelas localizadas nas partes baixas e, principalmente, nas glebas de reserva legal com razoável estado de conservação e nas Áreas de Preservação Permanente (APP's), constituídas pelas faixas de proteção de córregos, rios e nascentes.

Vale ressaltar que, apesar da existência de uma boa cobertura vegetal e da reduzida pressão de utilização do solo até o momento, já se observa elevada presença de erosões e voçorocas. Outra grave questão ambiental refere-se ao estado de conservação das nascentes, pois grande parte das nascentes e faixas de proteção de córregos encontra-se alteradas.

As nascentes encontram-se irregularmente distribuídas no conjunto das parcelas, ocorrendo em maior número em algumas parcelas do que em outras. Muitas nascentes são intermitentes, em consequência do estágio avançado de degradação das Áreas de Preservação Permanente, associado à sazonalidade climática e características edáficas muito peculiares à região. Torna-se importante ressaltar que grande parte dos assentados não percebe as nascentes intermitentes — áreas que minam água somente no período chuvoso — como tal, isso explica porque, normalmente, se encontram desprovidas de vegetação nativa, devido ao desmatamento feito antes ou depois da criação do assentamento.

A falta de água, problema presente em muitas parcelas é desencadeado e/ou agravados pela degradação das nascentes, pelo desrespeito às áreas de mata ciliar e pelas erosões que ocorrem nas cabeceiras dos córregos. Muitos desses problemas já existiam na área antes dos assentados receberam suas parcelas. No entanto, esses processos de degradação ambiental precisam de uma intervenção antrópica urgente para que possam ser contornados.

O processo produtivo, anterior à divisão e distribuição dos lotes aos assentados, causou amplo desmatamento para implantação de pastagem. Assim, não foram consideradas as APP's, que cederam espaço às forrageiras. No período de baixa precipitação, a produção de fitomassa pelas pastagens nas áreas mais altas é reduzida, levando a escassez de alimento para os animais e o homem. Isso induz a intensificação do uso das APP's, locais que possibilita a ocorrência de capins em condições de pastejo na estação seca. Estas áreas apresentam boas condições de umidade no solo, preservando, em parte, a qualidade das forrageiras, o que aumenta a procura pelos animais no período seco. Observa-se, na maioria das parcelas, que os animais possuem

livre acesso às áreas de APP's e, através do pisoteio, aceleram seu processo de degradação. Existe, por parte dos produtores, resistência de se isolar estas áreas, devido ao fato delas servirem como bebedouro para os animais e aos elevados custos para cercar a área. Outros dois fatores tradicionais corroboram para agravar o quadro. Primeiro, o costume dos seus antepassados ocuparem as várzeas e proximidades dos cursos de água em função da alta fertilidade dos solos e da facilidade de acesso a água e, segundo, a ausência de orientação técnica que informe sobre a importância da preservação desta fitofisionomia.

Algumas áreas de APP's também são usadas para plantios de lavouras e hortas que, em pequena escala, serve para a subsistência das famílias. Prolongando assim, o período produtivo em virtude do suprimento de água presente no rico lençol freático para os cultivos, muito comum nestas situações.

Durante o estudo observou-se a presença de 23 represas nas parcelas pesquisadas, sendo três provisórias. Salvo as represas que já existiam antes da divisão das parcelas, as demais foram feitas com a adoção de baixa tecnologia e capital aplicado. Normalmente, sua execução se dá por iniciativa dos próprios assentados com o emprego da mão-de-obra da família, de amigos e vizinhos, valendo-se de conhecimentos empíricos, sem levantamentos e estudos técnicos prévios acerca dos possíveis impactos ambientais. Existe grande interesse dos assentados na ampliação das existentes e construção de novas represas.

Outro aspecto do ambiente que interfere nas atividades são as características edáficas. Apesar de a maioria dos assentados considerarem as características de fertilidade do solo variando de boa a fraca, o solo é extremamente permeável e de excelente drenagem em função do alto teor de areia. Tais características, aliadas ao baixo teor de matéria orgânica, contribuem para a baixa fertilidade dos solos, bem como para acelerar a redução da fertilidade, devido à alta mobilidade dos nutrientes no perfil do solo. Isso evidencia a necessidade da adoção de práticas culturais que incrementem o teor de matéria orgânica no solo, a saber: plantio direto, adubação verde, adubação orgânica, cultivo mínimo, rotação de cultura, sistemas agroflorestais, entre outras.

Em suma, a área do Assentamento Vale do Araguáia apresenta um ecossistema sensível em face das características peculiares relacionados à estrutura do solo. Trata-se de um ecossistema que deve ser utilizado com cautela, devendo ser manejado dentro de

limites sustentáveis, obedecendo a um zoneamento ambiental para a região. Muitos assentados receberam suas parcelas completamente vegetadas e precisam retirar a licença ambiental para desmatar, o que será permitido, uma vez que estas parcelas não se encontram em áreas de preservação. Com a retirada da vegetação, o solo fica sujeito às intempéries climáticas, o que pode desencadear processos de perda da matéria orgânica e da fertilidade do solo. Vale ressaltar ainda que, devido ao alto teor de areia, o solo apresenta alta susceptibilidade de perda de fertilidade das camadas superficiais e intensificação de processos erosivos.

Na compreensão dos beneficiados, os principais problemas ambientais são aqueles levantados pelo IBAMA e trabalhados pelo projeto INCRA/UFG, que tenta contornar os graves problemas de erosão, voçorocas, degradação do solo, desmatamentos e plantio de APP's. A presença de erosões e voçorocas são as principais degradações ambientais levantadas. Entretanto, o fato da liberação dos recursos estarem ligados a conservação ambiental influencia significativamente a atitude do assentado para com o meio ambiente. A visão conservacionista não foi o ponto mais destacados pelas famílias, sua compreensão acerca da preservação ambiental é fragmentada, remonta mais no nível do discurso. Porém, essa visão deverá tornar-se uma realidade, desde que se estabeleça um trabalho contínuo e intensivo para a mudança de atitude e postura dos assentados.

Em suma, acredita-se que a degradação ambiental tende a se agravar à medida que as famílias assentadas intensifiquem a atividade agropecuária em suas parcelas, cabe ressaltar que este é o objetivo dos assentados, o que condiz com a função social de um assentamento de reforma agrária. No entanto, há que se atentar para necessidade de uma intervenção local no intuito de viabilizar a introdução de sistemas produtivos sustentáveis baseados nos princípios agroecológicos, que venham ao encontro das peculiaridades do ecossistema.

Considerações finais

O estudo do Projeto de Assentamento Vale do Araguaia proporcionou uma ampla visão das relações estabelecidas no local, sendo que os indicadores apontaram

sérios problemas estruturais que resultam na baixa qualidade de vida das famílias assentadas. Em muitos casos, a parcela dos assentados está sendo utilizada apenas como habitação rural, uma vez que a obtenção de suas rendas provêm, na sua grande maioria, de atividades externas à parcela principalmente, de assalariamentos temporários. As parcelas deveriam torna-se unidades produtivas para satisfazer as necessidades das famílias de gerar renda aliada à preservação ambiental. É fundamental se atentar para essas questões, caso se deseje a conservação dos objetivos e premissas de sustentabilidade defendidas na Política de Reforma Agrária brasileira.

A dificuldade de acesso às linhas de créditos oficiais limita as atividades produtivas, bem como a obtenção de renda, interferindo diretamente na produção. Os recursos para investimentos e custeio fomentariam o início e o aperfeiçoamento das atividades produtivas. A assistência técnica deve priorizar o emprego de técnicas conservacionista, para garantir a proteção dos recursos naturais, a redução do processo erosivo, o isolamento de nascentes e APP's e a implantação de sistemas produtivos que promovam a sustentabilidade socioambiental e econômica ao longo do tempo.

As alterações do ambiente natural não são passíveis de situar no tempo, como a retirada da vegetação nativa. Ademais, a contaminação dos corpos d'água é um processo continuado por meio das péssimas condições sanitárias. Essas questões tendem a se agravar com o aumento da pressão antrópica no local. No entanto, esses pontos não são fatores restritivos. Trata-se de questões que precisam ser atentadas com urgência, com vistas à promoção de sinergias entre o poder público e a comunidade na busca de estratégias integradas de combate à pobreza e conservação da biodiversidade.

Por fim, cabe ressaltar que as experiências de reforma agrária e de luta pelo acesso a terra são fortemente diferenciadas no tempo, no espaço e nos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais nos quais foram geradas. Mas as experiências isoladas dos projetos de assentamentos constituem importantes sinalizados dos problemas e desafios a serem superados no contexto da atual política de reforma agrária brasileira. Há ainda muito por fazer, mas acredita-se que a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil perpassa pela democratização do acesso a terra.

Referências

- ARAÚJO, A. **Mapa do desmatamento em Goiás mostra biodiversidade ameaçada**. Goiânia: SEMARH, 2005. 7p. Disponível em: <http://www.semarh.goias.gov.br/informativos/10-03-2006/DESMATAMENTO_NOS_MUNIC_PIOS.swf>. Acesso em: 05 ago. 2007.
- BARONI, M. Ambigüidades de deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista Administração de Empresa / EAESP / FGV**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, abr-jun., 1992.
- BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, vol.43, n.2, p.225-247, abr-jun., 2005.
- DEPONTI, C.; ALMEIDA, J. **Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br>. Acesso em: 15 set. 2008.
- DEPONTI, C. M.; ECKERT, C.; AZAMBUJA, J. L. B. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.4, p.44-52, out-dez., 2002.
- GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.
- IBGE **Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil 2004**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2008.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2008.
- LEITE, S. P.; AVILA, R. V. de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 523-551, set. 2007.
- MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.41-59, jan-abr. 2000.
- MOURA, L. G. V.; ALMEIDA, J.; MIGUEL, L. A. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas: um pouco de pragmatismo**. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/artigos_sustentabilidade/Lino_Geraldo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2008.

PBAVA (2005) – Projeto Básico Assentamento Vale do Araguaia, Superintendência do INCRA de Goiás, 2005.

REIJNTJES, C. & HIEMSTRA, W. A pesquisa e a comunicação do produtor rural. **Tecnologias alternativas em periódicos**, Rio de Janeiro, n. 16/17, p. 3-8, jul-out. 1989.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. de M.; GUIMARÃES, L. B. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007. 112 p.

SEPLAN **Anuário Estatístico do Estado de Goiás**. Goiânia: SEPLAN, 2005. 823 p.

SEPLAN/SEPIN **Perfil socioeconômico de Baliza**. Disponível em:
<<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>>. Acesso em: 11 set. 2008.

TURNES, V. A. **Sistema Delos**: indicadores para processos de desenvolvimento local sustentável. 2004. 227 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC/ Florianópolis, 1998.

VAN BELLEN, H. M. 2004. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.7, n.1, p.67-88, jan-jun. 2004.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008. 256 p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: um guia prático. Revisão e adaptação COTRIM, D. e RAMOS, L. Brasília: SAF/MDA, 2006. 62 p.

Artigo recebido em fevereiro/2009 e aceito para publicação em maio/2009.